



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FELIPE SOUZA

PROJETO DE LEI Nº /2020

Autor: Deputado **FELIPE SOUZA**

DISPÕE sobre a obrigatoriedade da comunicação dos Cartórios de Registro Civil ao Ministério Público, da realização de registro de nascimento realizado por mães e/ou pais menores de 14 (quatorze) anos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, usando de suas prerrogativas constitucionais:

DECRETA

Art. 1º - Os cartórios de registros civis do estado do Amazonas deverão, obrigatoriamente, informar ao Ministério Público Estadual, o registro de nascimento realizado por pai e/ou mãe menor de 14 (quatorze) anos, na data de nascimento.

§1º - A informação deverá ser realizada com o envio da cópia de certidão de nascimento, no primeiro dia útil subsequente a lavratura do registro, sob pena de desobediência.

§2º - O envio da cópia da certidão de nascimento ao Ministério Público do Estado do Amazonas deverá ser endereçado ao email oficial deste.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que lhe couber.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **FELIPE SOUZA** - Patriota
Ouvidor





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FELIPE SOUZA

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei que encaminho aos nobres deputados visa submeter os Cartórios de Registro Civil a informar ao Ministério Público do Estado do Amazonas os nascimentos registrados, no qual a mãe e/ou pai sejam menores de 14 anos na data de nascimento.

Preliminarmente, cumpre destacar que o estupro de vulnerável é uma triste realidade acometida em todo o território nacional. Apenas no ano de 2019, foram contabilizados 66.123 boletins de ocorrência registrados de estupro e de estupro de vulnerável no país, ou seja, um estupro a cada 8 minutos.

Os dados se tornam ainda mais alarmante quando em 84,1% dos casos, o criminoso era conhecido da vítima. Logo, é evidente que toda e qualquer medida que combata esse crime deve ser colocado em prática com o intuito de inibir os criminosos que praticam tal ato.

Com as medidas expressas no Projeto de Lei, o MP deverá ser informado pelo Cartório de Registro Civil, e assim, investigar e tomar as medidas cabíveis para que o responsável seja punido conforme rege o nosso ordenamento jurídico.

Ademais, vale frisar, que o artigo 217-A do Código Penal considera estupro de vulnerável a relação sexual com menor de 14 anos:

“Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos”

Corroborando com o dispositivo legal supramencionado, o Superior Tribunal de Justiça, editou a Súmula 593, que considera estupro de vulnerável a relação sexual com menor de 14 anos, com ou sem o consentimento deste:

“Súmula 593-STJ: O crime de estupro de vulnerável configura-se com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante o eventual consentimento da vítima para a prática do ato, experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.”





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FELIPE SOUZA

Sabemos que as vítimas sentem vergonha ou, em alguns casos, são ameaçadas pelos estupradores para que não relatem a ninguém o ocorrido ou que se dirijam a delegacia de polícia para registrar ocorrência. Por isso, a medida pretende aumentar a fiscalização em relação aos fatos criminosos que devem ser investigados pelas autoridades competentes.

De acordo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 53,8% das pessoas que são estupradas tem até 13 anos de idade, bem como, em 76% dos casos, o estupro de vulnerável é realizado por parente ou amigo próximo da família da vítima.

No estado do Amazonas, os números também são preocupantes. Apenas na capital do estado foram registrados mais de 3 mil casos de estupro de vulnerável em 6 anos. Especialistas alertam que o número pode ser maior, já que vários casos não chegam a ser notificados por hospitais ou escolas.

Por último, convém frisar, que tais medidas se adotadas não acarretará aumento de despesas ao Estado e muito menos aos Cartórios, uma vez que poderão enviar tais informações ao endereço eletrônico do Ministério Público.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação do presente projeto de lei.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 09 de fevereiro de 2021.

Deputado **FELIPE SOUZA** - Patriota
Ouvidor

